

E-books em bibliotecas: novos desafios para os bibliotecários

Ronaldo Alves da Silva (TRT-ES) - camus_lua@yahoo.com.br

Resumo:

O surgimento dos suportes informacionais em formato digital acarreta mudanças no cenário das bibliotecas. O livro eletrônico (e-book) aparece como alternativa ao impresso. Para as bibliotecas surge o desafio de incorporar essa nova mídia aos seus acervos. Os modelos de negócio dos e-books ainda passam por instabilidade, mas desse cenário emergem formas de comercializa-los: acesso perpétuo, assinatura, pay-per-view. Os editores resistem em negociar os e-books com as bibliotecas, por temerem que isso diminua suas vendas. Eles também impõem restrições ao uso desse material com o objetivo de proteger seus direitos legais, e também os dos autores. Apesar disso, bibliotecas incorporam os e-books ao seu ecossistema, disponibilizando-os através de empréstimo de e-readers, de assinatura de bases de dados e de empréstimo de arquivos eletrônicos (e-lending).

Palavras-chave: Livro Eletrônico. Biblioteca digital. Empréstimo digital.

Área temática: *Temática I: Tecnologias de informação e comunicação – um passo a frente*

***E-books* em bibliotecas: novos desafios para os bibliotecários**

Resumo:

O surgimento dos suportes informacionais em formato digital acarreta mudanças no cenário das bibliotecas. O livro eletrônico (*e-book*) aparece como alternativa ao impresso. Para as bibliotecas surge o desafio de incorporar essa nova mídia aos seus acervos. Os modelos de negócio dos *e-books* ainda passam por instabilidade, mas desse cenário emergem formas de comercializa-los: acesso perpétuo, assinatura, *pay-per-view*. Os editores resistem em negociar os *e-books* com as bibliotecas, por temerem que isso diminua suas vendas. Eles também impõem restrições ao uso desse material com o objetivo de proteger seus direitos legais, e também os dos autores. Apesar disso, bibliotecas incorporam os *e-books* ao seu ecossistema, disponibilizando-os através de empréstimo de *e-readers*, de assinatura de bases de dados e de empréstimo de arquivos eletrônicos (*e-lending*).

Palavras-chave: Livro Eletrônico. Biblioteca digital. Empréstimo digital.

Área Temática: Tecnologias de informação e comunicação – um passo a frente.

1. Introdução

Uma pessoa pode ler um livro em formato impresso; pode ler a versão digital do mesmo livro em um *e-reader*, *tablet*, *smartphone* ou computador; pode ainda ouvir a mesma obra em formato de áudio. O conteúdo será o mesmo, ainda que um ou outro detalhe escape em cada uma das leituras.

Edson Nery, no prefácio de sua obra “Introdução à biblioteconomia”, escreve: “o livro não deixa de ser livro quando muda de formato” (FONSECA, 2007). Isso significa que, independente do formato, a parte mais importante do livro é o conteúdo. E este é o objeto de trabalho do bibliotecário: o conteúdo, a mensagem, a informação (ou qualquer outro nome que deem) que os livros veiculam. Não se trata de ignorar a história do objeto, mas de trazer à tona a importância do seu conteúdo para a leitura, processo que é a razão de ser da existência do livro. Desde a invenção (ou descoberta) da escrita aconteceram mudanças na forma de registrar histórias e nos formatos dos suportes informacionais: das paredes de pedra às telas dos aparelhos eletrônicos, passando pelas tabuletas de argila, pelos rolos de papiro e pergaminho, pelo códice de madeira e pergaminho, pelo papel encadernado dos livros impressos.

Os suportes de informação em formato eletrônico ganharam força em meados do século XX, devido à explosão informacional derivada dos avanços científicos e tecnológicos no cenário pós-guerra. Entretanto, o texto escrito em formato digital tornou-se popular somente na virada para o século XXI, em virtude da popularização dos computadores e da *Internet*. Na esteira da evolução tecnológica da computação surgiram os *tablets*, os *smartphones* – que têm a leitura de arquivos de textos entre suas tantas funções – e os *e-readers*, aparelhos dedicados à leitura de *e-books* (livros eletrônicos).

Este cenário tecnológico cria a necessidade de refletir sobre a incorporação de novos suportes informacionais às bibliotecas. O bibliotecário trabalha com a informação, independente do suporte, e o meio digital é mais um suporte. Assim como já o foram (e são) o papel, o pergaminho, a madeira. Os *e-books* apresentam novos desafios aos bibliotecários e bibliotecas; desafios relativos à aquisição, circulação, propriedade, direitos legais. Este trabalho nasceu do questionamento sobre a forma de administrar as coleções digitais. As principais questões levantadas são: como os bibliotecários devem encarar o advento dos *e-books*, que a cada dia tornam-se mais populares? Como adquirir esses materiais e torna-los disponíveis, tendo em vista suas especificidades?

2. As coleções digitais

Há algum tempo os bibliotecários têm a necessidade de lidar com novos conceitos relativos aos conteúdos informacionais em formato digital. A literatura da Biblioteconomia traz os conceitos “biblioteca digital” e “biblioteca híbrida”. A primeira é uma biblioteca que “armazena documentos e informações em forma digital em sistema automatizado, geralmente em rede, que pode ser consultado a partir de terminais remotos”; e a segunda “é uma biblioteca convencional que também oferece produtos e serviços informacionais eletrônicos ou de acesso em linha” (CUNHA e CAVALCANTI, 2008, p. 50-51).

No Brasil, muitas bibliotecas de instituições públicas e privadas mantêm algum tipo de coleção digital. Algumas dessas coleções são abertas a qualquer usuário e/ou possuem materiais de acesso livre; outras são restritas aos usuários ligados à sua instituição mantenedora. Dentre as coleções digitais brasileiras com

materiais sem restrição de acesso pode-se destacar a Biblioteca Brasileira USP¹, o portal Domínio Público² e as bibliotecas de teses e dissertações de universidades públicas. Os usuários destas coleções podem descarregar os itens em seus próprios equipamentos ou ler diretamente na *web*. Dentre as coleções digitais com acesso restrito e que disponibilizam materiais com direitos autorais – livros, revistas e bases de dados comerciais – pode-se destacar o Consórcio CRUESP, das universidades estaduais paulistas (KASSAB, 2007), e o Portal de Periódicos da Capes, que está disponível para usuários ligados às instituições conveniadas.

O desenvolvimento de coleções digitais, especialmente a aquisição de *e-books* comerciais, é um desafio que se impõe aos bibliotecários, uma vez que estes materiais têm mais restrições em seus modelos de negócio que os livros impressos. Em alguns contextos, considerando a realidade brasileira, esse assunto está bastante avançado (bibliotecas acadêmicas, especializadas); em outros, a situação ainda está indefinida (bibliotecas públicas, escolares).

3. Os *e-books*

E-book é uma abreviação de *eletronic book* (livro eletrônico), que também chamado de livro digital. O termo refere-se aos livros em formato digital que podem ser lidos em dispositivos eletrônicos. As definições de *e-book* podem ser sintetizadas da seguinte forma: é uma publicação em formato de livro, com exceção das publicações seriadas, composta por textos em forma digital e disponibilizada eletronicamente para leitura em tela de aparelhos como *e-readers*, computadores, *tablets* e celulares (BENSEY e KIRBY, 2012; O'BRIEN, GASSER e PALFREY, 2012). Procópio (2010) diz que “o livro digital não é um assunto novo” e vem sendo discutido desde os anos 1990, embora seu mercado tenha ganhado força no fim da primeira década do século XXI. Contudo, para os usuários em geral, o formato ainda é uma novidade.

As mudanças tecnológicas parecem caminhar em direção à facilidade do uso, o que pode ser notado no que aconteceu com os suportes da escrita: o papel representa um avanço em relação ao pergaminho; este é mais avançado que o

¹ <http://www.brasiliana.usp.br/>

² www.dominiopublico.gov.br

papiro; que representou um avanço em relação ao barro e à pedra. O mesmo aconteceu com o formato: desenvolveu-se da pedra bruta na natureza, passando pelas tabuletas de argila, pelos rolos, até chegar ao códice e ao papel impresso. Por que não pensar que tecnologias como o *e-paper* representam um avanço em relação ao papel; e que o *e-reader* seja um avanço em relação ao impresso? Entretanto, ainda que mudem os formatos e a tecnologia, o conteúdo continua sendo a parte mais importante do livro.

É importante destacar que as mudanças tecnológicas nos suportes de leitura também trouxeram fatores complicadores. Os *e-books* possuem diferentes formatos de arquivos: E-PUB, PDF, HTML, MOBI, AZW (formato proprietário da *Amazon*, compatível com o *Kindle* e seu aplicativo em outros sistemas). Da mesma forma há uma variedade de *e-readers*: *Kindle*, *Kobo*, *Sony Reader*, *Nook*, *Alfa*; há também aplicativos de leitura (*reader*) dos diferentes formatos de arquivo e que funcionam em *smartphones* e *tablets*. Alguns formatos são reconhecidos apenas pelos aparelhos e aplicativos de seus desenvolvedores, embora o EPUB e o PDF sejam compatíveis com a maioria dos dispositivos.

Outro fator que afeta o acesso aos *e-books*, e sua leitura, é a gestão dos direitos digitais, ou simplesmente, DRM³. Segundo Procópio (2010), DRM é um processo que tem a função de assegurar aos editores e autores proteção e segurança no repasse de direitos autorais. Além disso, “o DRM auxilia as editoras a determinarem as especificações de como os usuários poderão acessar os seus documentos virtuais, se poderão apenas ler os documentos em tela, ou se poderão imprimi-los” (PROCÓPIO, 2010, p. 175). Fernández García, Fernández Noriega e Riaño Alonso (2012) fazem severas críticas ao DRM, por considerarem que o sistema impõe barreiras ao fluxo de informação. Principalmente por demandar *hardware* e *software* específicos, gerar dificuldades de uso e interferir na privacidade do leitor. Vieira (2011) escreve que, às vezes, o DRM é chamado de *digital restrictions management*, pois restringe “potenciais que são característicos do formato digital, como o potencial da cópia exata e imediata” ou limita práticas anteriores ao digital, por exemplo, “o empréstimo de livros”.

Mesmo trazendo consigo fatores complicadores, os *e-books* apresentam potenciais positivos interessantes. Procópio (2010) considera que os *e-books* são

³ DRM é a sigla em inglês para *Digital Rights Management*.

ferramentas importantes na disseminação do conhecimento por causa da diversidade de plataformas tecnológicas de leitura à disposição do leitor – computadores, *tablets*, *e-readers*, *smartphones* – e pela possibilidade de acesso rápido através da *web* ao seu conteúdo informacional, o que remove as barreiras geográficas que interferem no acesso à informação.

Vieira (2011) aponta alguns potenciais positivos dos *e-books* “ligados às possibilidades de manipulação dos livros permitidas pela digitalização”: busca amplificada (por palavra, trecho, padrões de caracteres), que pode ocorrer tanto em uma obra quanto em toda coleção; inserção de marcadores, anotações, comentários e ligações intertextuais; modificação de formatação (aumento de fontes para leitura); a cópia exata de trechos ou do todo, o que evita erros de transcrição e citação; a miniaturização, que permite transportar milhares de livros em pequenos dispositivos, como *pendrives* e cartões de memória; e a “possibilidade de incluir em um livro recursos e efeitos que antes não eram possíveis: imagens em movimento, sons e novas formas de interatividade” (VIEIRA, 2011, p. 208).

Os *e-books* também têm pontos negativos que não podem ser ignorados. Para Vieira (2011), o principal ponto negativo dos *e-books* são as restrições, que podem estar no software – como a inserção de um tempo de validade no arquivo, exigindo depois a aquisição de nova licença – ou no hardware – permissão da leitura do arquivo somente em aparelhos proprietários. Os modelos de negócio dos editores geralmente restringem a cópia, impressão, uso simultâneo, empréstimos (acessos), duração da licença de aquisição. Algumas restrições – como a restrição de cópia – têm o objetivo de evitar a perda de mercado e combater a pirataria; outras – como o uso de formatos proprietários que são lidos apenas em dispositivos próprios – servem, paradoxalmente, para ganhar mercado através de monopólio. As restrições têm efeito sobre o comércio e também sobre o uso, pois o usuário tem sua privacidade e sua autonomia ameaçadas. Para Vieira (2011), com o crescimento dos conteúdos digitais houve uma mercantilização de todos os usos possíveis dos livros:

é possível programar os softwares e dispositivos leitores para que registrem todos os usos de livros realizados por meio deles; os distribuidores de livros, por sua vez, são capazes de coletar dados pessoais sobre os leitores em todas as ações que eles executam em seus sites de vendas de livros eletrônicos: cada página visitada, cada livro comprado, tudo isso pode ser associado ao nome, cartão de crédito e endereço do leitor (VIEIRA, 2011, p. 214).

Levando em conta a realidade brasileira, há ainda outro fator que interfere na aquisição por bibliotecas: a exclusão social (e digital) de um número significativo pessoas que ainda não têm acesso aos acervos tradicionais. Esta exclusão limita o acesso pleno da população às novas tecnologias de leitura e, infelizmente, não é um novo formato de livros que mudará essa situação.

Contudo, os *e-books* podem mudar o papel da biblioteca aproximando-a mais dos usuários. Como escreve Gómez Gómez (2012), o desenvolvimento rumo ao mundo digital obrigará os bibliotecários e gestores de bibliotecas a repensar sua atuação e os serviços oferecidos. O enfoque da biblioteca pode mudar definitivamente da guarda para o acesso, e seu espaço, menos ocupado por prateleiras, pode se consolidar como um lugar de leitura e aprendizagem.

4. Os *e-books* nas bibliotecas

Pouplana e Espadas (2011, p. 108) dizem que por muitos anos o papel da biblioteca foi colocar à disposição dos usuários documentos para consulta em seu próprio espaço físico ou para empréstimo. Os autores questionam o que acontece quando os documentos deixam de ser editados em formato impresso e os usuários passam a consumir conteúdos em formato eletrônico. Para eles, é necessário acontecer uma mudança em todas as áreas de atuação das bibliotecas.

O modelo de biblioteca na atualidade ainda carrega muito de seu paradigma antigo: uma instituição de guarda e posse de materiais físicos. Houve o deslocamento da posse ao acesso, mas permaneceu a concretude dos serviços, que ainda são ancorados nesse antigo paradigma. A cultura organizacional da instituição mantenedora da biblioteca não pode ser ignorada, pois exerce influência em seus serviços. Se forem levadas em conta as bibliotecas de órgãos públicos, isso é ainda mais evidente, pois suas atividades estão sujeitas a normas e legislação específicas, que ainda não dão conta do formato digital.

Os modelos de negócio do livro impresso e do eletrônico são diferentes. O livro impresso, ao ser adquirido, passa a fazer parte do patrimônio da biblioteca; é ela quem define as regras de utilização desse material. Respeitando as restrições legais, como a proibição de cópia e reprodução do conteúdo, a biblioteca define a forma e o prazo de empréstimos, as normas de circulação, de uso, o descarte. Com

o livro impresso cada exemplar pode ser emprestado a um usuário por vez; o livro sofre desgaste físico com o uso, pode ser roubado, perdido ou danificado, situações que levam a biblioteca adquirir novos exemplares ou restaurar os materiais danificados; o usuário deve se deslocar até à biblioteca para fazer empréstimos ou devoluções. Segundo Bensen e Kirby (2012) essas características dos livros impressos afetam seu preço no mercado editorial e a forma como são disponibilizados nas bibliotecas:

Com os *e-books* é diferente. Em quase todos os modelos de negócio atuais, os itens são licenciados para uso, em vez de serem vendidos aos clientes. Segundo Bensey e Kirby (2012), até 2010 a maioria dos editores utilizava o modelo de “venda por atacado”, parecido com o do livro impresso; a partir de 2010 muitos editores mudaram para um modelo de “agência”, ou seja, eles repassam os livros para os distribuidores e estes ficam com um percentual da receita. O’Brien, Gasser e Palfrey (2012) apresentam três modelos de negócios para *e-books*: acesso perpétuo, no qual os materiais são licenciados para a biblioteca e hospedados em sua página ou na do fornecedor; assinatura, no qual o distribuidor oferece acesso a uma base dados por um determinado período de tempo; e *pay-per-view*, que funciona como a assinatura, mas com o preço mais baixo, e um valor adicional de acordo com a utilização. Conforme Pouplana e Espadas (2011, p. 109), os editores estão apostando em diferentes canais para administrar os conteúdos eletrônicos: leitura “em nuvem”, ou seja, acesso controlado através de uma conexão *Web*; distribuição de arquivos com DRM; e distribuição de arquivos sem restrição, ou com uma marca d’água do editor.

Nos Estados Unidos – onde o mercado de *e-books* cresceu de forma exponencial nos últimos anos – há uma queda de braço entre bibliotecários e grandes editores. Muitos não vendem seus *e-books* para bibliotecas, sob a alegação de que perderão clientes com o empréstimo deste material. Aqueles que vendem, cobram preços elevados e impõem diversas restrições: impedem o acesso simultâneo ao arquivo (multiusuário), limitam o número de empréstimos (e acessos) ou a validade da licença, criam embargos às publicações mais recentes, impedem o empréstimo pela web, proíbem a formação de consórcios e o empréstimo entre bibliotecas (AMERICAN..., 2012; BENSEY e KIRBY, 2012; O’BRIEN, GASSER e PALFREY, 2012).

A ALA (American Library Association), tendo como horizonte o mercado estadunidense, lista as características essenciais do modelo de negócio de *e-books* ideal para as bibliotecas: 1) inclusão de todos os títulos, ou seja, os títulos que estão disponíveis para venda ao cliente individual, devem estar disponíveis para as bibliotecas, sem qualquer embargo; 2) direitos duradouros, ou seja, as bibliotecas devem ter a posse total dos livros, não apenas a licença de seu conteúdo; isso inclui o direito de transferi-los para outras plataformas e emprestá-los indefinidamente; e 3) integração, ou seja, o acesso aos metadados e às ferramentas desenvolvidas pelos editores e distribuidores que facilitam a busca por *e-books* no catálogo da biblioteca. (AMERICAN..., 2012).

Mesmo com as limitações impostas pelo mercado livreiro, as bibliotecas estão incorporando os *e-books* às suas coleções. Além das modalidades de aquisição elencadas por O'Brien, Gasser e Palfrey (2012) – assinatura, aquisição perpétua e *pay-per-view* – há também a aquisição *e-readers* (SERRA, 2012).

A circulação de *e-books* nas bibliotecas ocorre de formas variadas: pelo empréstimo de *e-readers* carregados com uma quantidade de livros; pela disponibilização desses equipamentos para a leitura no ambiente da biblioteca; pelo empréstimo de arquivos (*e-lending*), ou seja, a transferência da licença de uso para o usuário por tempo pré-determinado; pelo acesso às bases de dados, especialmente em bibliotecas especializadas e acadêmicas (ELOY, 2012; KASSAB, 2007; POUPLANA e ESPADAS, 2011; SERRA, 2012; SILVA e SILVA, 2011).

4.1. O empréstimo de *e-readers*

Nesse artigo buscou-se destacar as iniciativas brasileiras a respeito do uso de *e-books* em bibliotecas. Entretanto, não foram encontradas publicações que descrevessem o empréstimo de *e-readers* em bibliotecas do país. Silva e Silva (2011), referindo-se às bibliotecas públicas, dizem que é difícil falar sobre o empréstimo de *e-books* no Brasil, se muitos municípios do país sequer têm bibliotecas.

Na Espanha as bibliotecas públicas desenvolveram projetos-pilotos de empréstimos de *e-readers* carregados com um acervo pré-determinado. Conforme

Goméz Goméz (2012)⁴, “[...] são muitas as bibliotecas públicas espanholas que já oferecem dispositivos de leitura (*e-readers*) de livros eletrônicos (*e-books*) por empréstimo aos seus usuários” [tradução nossa]. Os dispositivos são carregados com materiais de acesso aberto, ou são adquiridos com um acervo pré-estabelecido. O objetivo principal dos projetos de empréstimos de *e-readers* é familiarizar os usuários com a nova tecnologia (POUPLANA e ESPADAS, 2011).

O empréstimo de *e-readers* tem algumas limitações: concentra um acervo amplo em poucos dispositivos, os custos são elevados, a manutenção é dispendiosa e os riscos de danos e perdas são grandes. O modelo é inviável para atender muitos usuários, pois exige a aquisição de grande quantidade de dispositivos.

Apesar disso, o *e-reader* têm bom potencial em bibliotecas especializadas, e é uma boa ferramenta para disponibilizar as bibliografias básicas em instituições educacionais, o que pode solucionar de forma eficaz o acesso aos materiais que, mesmo na forma impressa, são insuficientes nas bibliotecas. Algumas escolas da rede privada aboliram os livros-textos e apostilas impressos, fornecendo todo seu material didático em *tablets*. O Ministério da Educação (MEC) estuda fazer o mesmo com os materiais didáticos da rede pública.

4.2. As bases de dados de *e-books*

Há algum tempo a assinatura de bases de dados de *e-books* vem sendo feita em bibliotecas universitárias (acadêmicas) e especializadas. Os modelos de negócio desta modalidade de aquisição podem variar da assinatura por tempo determinado até a aquisição permanente. A compra ocorre através das plataformas tecnológicas dos editores ou dos distribuidores (agregadores de conteúdo).

Rodrigues (2013) mostra dois exemplos de plataformas tecnológicas no Brasil: a “Minha biblioteca”, de um consórcio de editoras, que possui dois modelos de negócio: o acesso a todos os itens da plataforma mediante assinatura mensal e/ou venda individual de títulos; e a “Biblioteca Virtual Universitária”, também oferecida por um consórcio de editoras (RODRIGUES, 2013). Navegando por páginas Web de bibliotecas universitárias brasileiras encontramos diversos

⁴ Original em espanhol: “[...] son muchas las bibliotecas públicas españolas que ya vienen ofreciendo dispositivos de lectura (*e-readers*) de libros electrónicos (*e-books*) en préstamo a sus usuarios”.

fornecedores de bases de dados de *e-books*: DotLib, Ebsco, IEEE, Elsevier, Wiley, ScienceDirect, Ecco, etc. As bases estão disponíveis em máquinas das instituições que as adquirem (por faixa de IP), mas também podem ser acessadas remotamente (por usuários cadastrados), através de rede privada virtual (VPN) ou autenticação com ID e senha.

Um exemplo desse tipo de serviço é o Portal de Periódicos da Capes⁵, que oferece acesso a bases de dados de periódicos e *e-books*, cobrindo diversas áreas do conhecimento. O conteúdo do portal está disponível para professores, pesquisadores, alunos e funcionários de instituições participantes: instituições públicas de ensino superior, instituições de pesquisa e algumas instituições privadas.

Essa forma de disponibilização de conteúdos permite ultrapassar os limites espaciais das bibliotecas físicas. O crescimento das coleções tradicionais cria custos com espaço físico para acomodação, com preservação de material, com perdas e extravios; problema que é minimizado pelas coleções digitais. Além disso, as bases podem ser acessadas remotamente, garantindo aos usuários de uma rede de bibliotecas, com unidades em locais distantes, o acesso igualitário a todos os recursos do sistema.

A principal desvantagem desse modelo está no fato de que a compra de bases de dados completas restringe o conteúdo a materiais de poucas editoras. E mesmo que apenas uma parte dos materiais seja de interesse de seus usuários, a biblioteca precisa adquirir todo o conteúdo das bases. Além disso, os editores não incluem todos os seus produtos nelas, deixando de fora materiais muito demandados nas vendas avulsas e/ou edições mais recentes.

4.3. Empréstimo digital (E-lending)

A aquisição de bases completas de *e-books* é um modelo que funciona em bibliotecas universitárias e especializadas, mas difícil de ser posto em prática nas coleções generalistas das bibliotecas públicas (GOMÉZ GOMÉZ, 2012). Para resolver essa questão e oferecer os novos materiais para seus usuários, bibliotecas públicas estadunidenses vêm utilizando o empréstimo digital de *e-books*, o *e-lending*.

⁵ <http://www.periodicos.capes.gov.br/>

Segundo Pouplana e Espadas (2011, p. 114) “o empréstimo digital é o modelo mais difundido em bibliotecas anglo-saxônicas para prestar o serviço aos seus usuários. Neste caso, o que encontramos é uma réplica do empréstimo físico para o mundo digital”⁶ [tradução nossa]. De acordo com os autores, as principais dificuldades das bibliotecas em trabalhar com esse serviço vêm das limitações técnicas impostas pelos sistemas de DRM. Além disso, os usuários precisam visitar páginas *web* dos editores e/ou distribuidores – e fornecer seus dados a essas instituições – pois os *e-books* estão hospedados nelas. Outra dificuldade está no fato de as editoras não venderem diretamente, ou limitarem as vendas, para as bibliotecas (POUPLANA e ESPADAS, 2011, p. 115).

O *e-lending* funciona da seguinte maneira: o usuário acessa o catálogo da biblioteca na web e, utilizando seu número de cadastro e uma senha como autenticadores, transfere o *e-book* para seu aparelho ou computador por um prazo determinado. Neste período o arquivo fica com o *status* de “emprestado” no sistema. Findo o prazo, o material desaparece dos dispositivos do usuário e retorna automaticamente ao catálogo. Sem atrasos, multas, cobranças ou danos ao material.

O *e-lending* necessita de uma plataforma tecnológica oferecida pelos editores, pelos fornecedores ou desenvolvida pela própria biblioteca. Segundo O'Brien, Gasser e Palfrey (2012), nos Estados Unidos os *e-books* são disponibilizados para as bibliotecas pelos distribuidores intermediários (agregadores), que vendem o acesso a títulos de vários editores. Alguns editores vendem diretamente para as bibliotecas, mas são poucos em comparação com o total. Os principais agregadores estadunidenses, que permitem *e-lending*, são o *OverDrive*, o *NetLibrary* e o *Ingram/MyiLibrary*. O *Overdrive* presta serviço para quase todas as bibliotecas públicas estadunidenses (cerca de 90%) e seu catálogo é alimentado pelos principais editores do país (O'BRIEN, GASSER e PALFREY, 2012). Um exemplo de biblioteca que utiliza a plataforma é a Biblioteca Pública de Nova York⁷.

Os editores preferem vender e disponibilizar seus *e-books* através dos intermediários, pois isso permite que tenham maior controle sobre o uso do material.

⁶ Original em catalão: “El préstec digital és el model més estès a les biblioteques públiques anglosaxones per donar servei als seus usuaris. En aquest cas, el que trobem és una réplica al món digital del préstec físic”.

⁷ <http://ebooks.nypl.org>

Quando vendem diretamente às bibliotecas, repassando a elas responsabilidade pela proteção dos direitos legais do material, o controle dos editores sobre o uso do material é menor. A contratação de agregadores pode facilitar para as bibliotecas, que não terão a necessidade de desenvolver sua própria infraestrutura de armazenamento, mas também representa uma intervenção de terceiros em seus serviços e políticas.

Fernández García, Fernández Noriega e Riaño Alonso (2012) observam que a diversidade de formatos de arquivos, de aparelhos para a leitura e a falta de interoperabilidade entre essas tecnologias afetam o empréstimo de *e-books*. Para implantar o *e-lending* é necessário observar quais formatos de arquivo serão adotados, o que pode ser feito a partir de uma avaliação para saber qual plataforma será utilizada para leitura. Por exemplo: o EPUB e o PDF são compatíveis com diversos *e-readers*, tablets e *smartphones* – nos dois últimos através de aplicativo *reader*. O PDF também é lido em computadores, mas o EPUB é o formato que tem melhor legibilidade.

Como foi dito anteriormente, o *e-lending* pode ser a solução para os acervos generalistas das bibliotecas públicas. Com a vantagem que permite a expansão territorial dos serviços da biblioteca. Uma biblioteca pública deve cobrir uma área geográfica extensa e muitos de seus usuários não a utilizam por causa dessa barreira espacial. O meio digital pode ser a forma das bibliotecas alcançarem seus usuários remotamente.

5. Considerações finais

Pouplana e Espadas (2011) acreditam que a biblioteca trilha um novo caminho com a incorporação dos *e-books* ao seu ecossistema. Os autores apontam indicam outros caminhos que podem ser trilhados no mundo digital: a digitalização do acervo impresso; a incorporação de materiais digitais sem direitos autorais ou com *copyleft*; a criação de serviços de editoração, tornando a biblioteca um agente na cadeia de produção do livro.

No Brasil existem bibliotecas que possuem os mais modernos equipamentos, espaço físico planejado, acervo atualizado e rico, serviços de excelência e profissionais qualificados; mas também existem bibliotecas carentes de acervo,

espaço, verba e pessoal. Por um lado há bibliotecas que incorporaram os serviços digitais ao seu *métier*; por outro há bibliotecas que não possuem infraestrutura para gerenciar estes serviços.

Mesmo nos Estados Unidos, que estão mais avançados nesta questão, há pessoas que ainda não estão convencidas da irreversibilidade do caminho rumo ao digital. Newman (2012) e González (2012) sugerem que as bibliotecas devem recuar e parar de comprar *e-books*, considerando o quão desfavorável é sua posição frente aos editores e aos modelos de negócio propostos no cenário atual; sugerem também que os recursos que seriam gastos com os *e-books* sejam aplicados em outros serviços mais valiosos para os usuários.

Ao pensar a incorporação de *e-books* ao ecossistema das bibliotecas deve-se pesar suas vantagens e desvantagens. A possibilidade de atender às demandas sem as barreiras de tempo e espaço, permitindo a democratização do acesso ao conhecimento, é certamente a grande vantagem desses materiais. Entretanto, sem um modelo de negócio que atenda satisfatoriamente aos anseios e objetivos das bibliotecas, essa vantagem se perde; pois o custo dos *e-books*, além da dificuldade de se adequar às restrições dos editores, torna inviável sua aquisição. Sem falar em outros fatores, como a rápida obsolescência da tecnologia e a exclusão digital.

As formas atuais de trabalhar com *e-books* em bibliotecas não permitem que toda sua potencialidade seja explorada. O empréstimo de *e-reader* enfrenta as mesmas barreiras do livro impresso: o usuário deve se deslocar até a biblioteca, além de ficar a mercê da disponibilidade do dispositivo; a aquisição de bases de dados é dispendiosa para as pequenas bibliotecas, além de “obrigar” a compra de títulos sem demanda; e o *e-lending* deixa a biblioteca e o usuário vulneráveis diante do mercado editorial, cenário que não existe na compra do impresso.

É impossível mensurar se a recusa em adotar plenamente os *e-books* em bibliotecas representará uma perda para essas instituições. Em bibliotecas consolidadas, como é o caso das universitárias, parece ser impensável não avançar por esse caminho. Mas nas bibliotecas carentes de muitos serviços básicos, a aquisição de *e-books* parece uma proposta sem sentido. A decisão sobre a aquisição desses materiais deve levar em conta as características do mercado, tomando como baliza os modelos de negócio atuais, e a perspectiva do usuário. As restrições do modelo digital têm mais impacto no contexto do usuário que no do

produtor. O digital desloca o olhar do leitor para o consumidor, ou seja, com os modelos de negócio em vigência, os leitores deixam de ser vistos como tal e passam a ser vistos como compradores. Mas, ainda assim, é pela perspectiva dos usuários que as bibliotecas devem definir sua política a respeito do desenvolvimento de coleções digitais.

6. Referências

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. *Ebook Business Models for Public Libraries*. Chicago: American Library Association, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/QLxTH>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

BENSEN, Stanley M.; KIRBY, Sheila Nataraj. *E-books and libraries: an economic perspective*. Chicago: American Library Association, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/QirxX>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

CUNHA, Murilo Bastos da; CALVACANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2008. 451 p.

ELOY, Rodney. *O bibliotecário e a leitura conectada: competência informacional digital na era dos e-books, e-readers e tablets*. São Paulo: PerSe, 2012. 74 p.

FERNÁNDEZ GARCÍA, Pelayo; FERNÁNDEZ NORIEGA, Jonathan; RIAÑO ALONSO, Juan José. El préstamo de libros electrónicos: examen del panorama del servicio y su implantación en la biblioteca de la Universidad de Oviedo. *RUIDERAe: Revista de Unidades de Información*, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/dRCqm>>. Acesso em 28 fev. 2013.

FONSECA, Edson Nery da. *Introdução à biblioteconomia*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2007.152 p.

GÓMEZ GÓMEZ, Antonio Agustín. La realidad y el deseo en la prestación de servicios digitales em bibliotecas: la experiencia de la Biblioteca Pública del Estado en Huelva. CONGRESO NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 6., 2012. Anais... Burgos: Subdirección General de Coordinación Bibliotecaria, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/h5sLJ>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

GONZÁLES, Guy LeCharles. Ebooks and libraries: is it worth the effort? *Guy LeCharles Gonzalez*, 6 mar. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/u09Dj>>. Acesso em 20 fev. 2013.

KASSAB, Álvaro. 'Biblioteca do futuro' disponibiliza 188 mil livros eletrônicos. *Jornal da Unicamp*, Campinas, n. 367, p. 6-7, 13 a 19 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/uUQM3>>. Acesso em 12 jan. 2013.

NEWMAN, Bobbi. Should libraries get out of the ebook business? *Librarian by day*, 7 mar. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/w8PdR>>. Acesso em 20 fev. 2013.

O'BRIEN, David; GASSER, Urs; PALFREY JR., John G. E-Books in Libraries: A Briefing Document Developed in Preparation for a Workshop on E-Lending in Libraries. *Berkman Center Research Publication*, Cambridge, n. 2012-15, July. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/msVkB>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

POUPLANA, Onofre; ESPADAS, Antoni. Les biblioteques i el llibre electrònic: reptes i oportunitats de serveis. *Item: revista de biblioteconomia i documentació*, Barcelona, n. 55, p. 104-120, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/PNIc4>>. Acesso em: 07 fev.. 2013.

PROCÓPIO, Ednei. *O livro na era digital: o mercado editorial e as mídias digitais*. São Paulo: Giz Editorial, 2010. 230 p.

RODRIGUES, Maria Fernanda. Templo do livro, modelo em xeque. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 fev. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/7g8SH>>. Acesso em 25 fev. 2013.

SERRA, Liliana Giusti. Empréstimo digital: como atender editores, bibliotecas e usuários: estudo sobre novos modelos de negócios. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17. 2012. *Anais...* Gramado (RS), 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/Cxutf>>. Acesso: 07 mar. 2013.

SILVA, Andréia Gonçalves Silva; SILVA, Sadrac Leite. O livro eletrônico no contexto da biblioteca pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011. *Anais...* Maceió: FEBAB, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/do804>>. Acesso em: 06 fev. 2013.